



Engie Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A.

CNPJ nº 23.741.544/0001-00 | NIRE nº 31 3 0011412-1

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Ffindos em 31/12/2021 e 2020 (Valores expressos em reais ou de outra forma quando indicado)

Balço patrimonial		Nota	31/12/2021	31/12/2020	Demonstrações dos resultados		Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
Ativo circulante			30.187.352	40.432.421	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.656.421	31.178.081		21	24.471.192	20.003.945	60.411.000	50.919.827	123.804	3.969.437	-	115.424.069
Contas a receber	5	2.500.615	6.881.052		22	(9.600.455)	(8.447.535)	21.1	(50.919.827)	-	-	-	(50.919.827)
Impostos a recuperar	6	592	592					20.3	-	-	-	36.882	36.882
Adiantamentos a fornecedores	7	975.994	2.158.672					21.2	-	1.844	-	(1.844)	-
Outros ativos circulantes	-	1.053.730	214.024					21.2	-	(137.722)	(137.722)	-	-
Ativo não circulante		167.611.113	185.446.026					21.4	-	-	-	(8.761)	(8.761)
Aplicações financeiras vinculadas	4	3.790.465	3.415.178						-	-	-	26.278	(26.278)
Impostos a recuperar	-	-	43.511						-	-	-	-	-
Mútuos coligadas a receber	8	528.610	3.475.000						-	-	-	26.278	(26.278)
Outros ativos não circulantes	11	4.898.143	3.333.293						-	-	-	-	-
Direito de uso de arrendamento	10	154.440.832	171.685.795						-	-	-	-	-
Imobilizado	9	3.953.063	3.449.677						-	-	-	-	-
Intangível	10	197.798.465	225.878.447						-	-	-	-	-
Total do ativo		197.798.465	225.878.447					60.411.000	263.370	3.857.993	-	64.532.363	59.123.922
Passivo e Patrimônio Líquido													
Passivo circulante		10.729.692	38.783.446										
Fornecedores	12	17.988	831.605										
Empréstimos e financiamentos	13	7.750.224	6.999.445										
Tributos a pagar	14	610.528	487.111										
Adiantamento de clientes	16	-	4.447.460										
Provisões	17	1.092.947	20.033.674										
Outras contas a pagar	19	1.237.881	5.962.128										
Dividendos a pagar	20.4	-	8.759										
Arrendamento mercantil	11	20.124	13.264										
Passivo não circulante		127.944.852	122.562.638										
Empréstimos e financiamentos	13	122.711.883	117.823.995										
Tributos diferidos	15.2	162.291	1.333.281										
Arrendamento mercantil	11	5.070.678	3.405.362										
Patrimônio líquido		59.123.921	64.532.363										
Capital social	20.1	60.411.000	60.411.000										
Reserva legal	20.2	263.370	263.370										
Reserva de Lucros/Prejuízos acumulados	20.3	(1.550.449)	3.857.993										
Total do passivo		197.798.465	225.878.447										

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Engie Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A., subsidiária da Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. ("Holding Paracatu"), por sua vez pertencente ao grupo da Solaredirect Holding Brasil S.A. ("Grupo ENGIE Solar") iniciou suas atividades em 26/11/2015, sediada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 188 KM 10 a direita mais 13 KM a sede Guarda Mor, Fazenda São João, Zona Rural, sendo constituída com prazo determinado de 25 anos e posteriormente alterando o prazo para indeterminado conforme artigo 3º de seu Estatuto Social. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e exploração de Empreendimento de energia elétrica por fonte solar a ser desenvolvido no parque solar denominado UFV Paracatu III na cidade de Paracatu no Estado de Minas Gerais, o qual possui previsão de potência instalada de 33 (trinta e três) MW. A Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua celebração em 26/04/2016, conforme publicação no Diário Oficial da União para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares. A contabilização da energia produzida pela Companhia ocorre de forma mensal. De acordo com o Preço de Venda Atualizado (PVA), a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato. A administração do Grupo Engie Solar, em conjunto com seus acionistas, tem aplicado esforços visando a otimização da estrutura financeira do grupo buscando minimizar os impactos das despesas financeiras de seu financiamento e, neste sentido, garantem o aporte de quaisquer recursos financeiros necessários para a continuidade das operações da Companhia. **2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis:** A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 20/05/2022. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica do OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 9 e 10 - Depreciação e amortização;** **• Nota Explicativa nº 11 - Realização do direito de uso do ativo;** **• Nota Explicativa nº 15 - Realização de IR e CS diferidos;** e **• Nota Explicativa nº 18 - Provisão para contingências.** **3. Principais práticas contábeis:** **3.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário será demonstrado como não circulante. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas:** A Companhia considera uma aplicação financeira os recursos que possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com vencimento que pode variar de 90 dias a 05 anos, a contar da data da contratação. Em todas essas aplicações, a disponibilidade dos recursos é imediata e os valores contábeis são compatíveis com os valores de realização. Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de livre movimentação temporários que possam ser sacados a qualquer momento sem riscos de alterações de valor. As aplicações financeiras vinculadas são registradas no ativo não circulante e representam os saldos das contas reservas do serviço da dívida, ou seja, valores necessários para perfazer o montante equivalente a no mínimo três parcelas mensais de pagamento da dívida com o BNDES e/ou três meses de despesas decorrentes do contrato de operação e manutenção. Os mesmos são reclassificados para o ativo circulante de acordo com sua competência de realização. **3.3. Contas a receber: Mercado de curto prazo e energia reserva:** Os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado - tanto no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) como no Ambiente de Contratação Livre (ACL) - devem ser registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que realiza a medição dos montantes efetivamente produzidos/consumidos por cada agente. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são

Demonstração dos resultados		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	21	24.471.192	20.003.945	
Custos na venda de energia	22	(9.600.455)	(8.447.535)	
Lucro bruto		14.870.737	11.556.410	
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	23	(793.300)	(661.072)	
Outras receitas	-	560.750	225.833	
Outras despesas	-	(253.179)	(163.046)	
Total receitas (despesas) operacionais		(485.729)	(598.285)	
Lucro antes do resultado financeiro		14.385.008	10.958.125	
Receitas financeiras	24	1.181.508	1.597.591	
Despesas financeiras	24	(19.620.268)	(11.076.301)	
Total resultado financeiro		(18.438.760)	(9.478.710)	
Lucro/Prejuízo antes da tributação		(4.053.752)	1.479.415	
IRPJ/CSLL corrente	15	(2.536.886)	(1.586.821)	
IRPJ/CSLL diferido	15	1.173.436	144.286	
Total tributos sobre o lucro		(1.363.450)	(1.442.535)	
Lucro (prejuízo) líquido		(5.417.202)	36.880	
Resultado por ação do capital social	20.5	(0,0897)	0,0006	

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração dos resultados abrangentes		31/12/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) líquido		(5.417.202)	36.880
Resultado abrangente do exercício		(5.417.202)	36.880

contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Assim, o Mercado de Curto Prazo é o segmento onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes e a Energia de Reserva referem-se ao contrato de venda de energia de reserva CER, celebrado no mercado junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) - alcançado mediante participação do 8º Leilão para contratação de Energia de Reserva, promovido pela Aneel, o que lhe conferiu outorga a gerar energia elétrica, mediante a operação das Centrais Geradoras Solar Paracatu III, localizada em Paracatu - MG, com Potência Instalada de 33 MW. Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte o qual é considerado dentro do próprio exercício através de medição. **3.4. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de sua respectiva depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: **•** O custo de materiais e mão de obra direta; **•** Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e **•** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado de forma linear, com base na vida útil do Parque Solar, sendo calculada a partir da data em que o bem entra em funcionamento. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.5. Intangível:** Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados conforme Nota Explicativa nº 10 Intangível e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.6. Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Conforme previsto no contrato de concessão de uso, a partir do início da operação comercial da usina, o arrendatário pagará ao arrendador, remuneração mensal equivalente ao percentual definido sobre a receita bruta da usina, proporcional ao número de megawatts instalados no imóvel, decorrente da comercialização de eletricidade produzida na área objeto da concessão, durante o período de vigência. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: **•** O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; e **•** Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes, dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de

Históricos		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 31/12/2019				
Aumento de capital social	21.1	50.919.827	(50.919.827)	-
(Redução) de capital social	21.1	(50.919.827)	-	-
Lucro líquido do exercício	20.3	-	-	36.882
Constituição de reserva legal	21.2	-	1.844	(1.844)
Ajuste reserva legal	21.2	-	(137.722)	(137.722)
Dividendos mínimos obrigatórios	21.4	-	-	(8.761)
Destinação dos lucros				26.278
Saldos em 31/12/2020		60.411.000	263.370	3.857.993
Prejuízo líquido do exercício	20.3	-	-	(5.417.202)
Constituição de reservas de lucros por renúncia de dividendos obrigatórios do exercício anterior	20.4	-	-	8.761
Absorção de reserva pelo prejuízo corrente	20.3	-	-	(3.866.754)
Saldos em 31/12/2021		60.411.000	263.370	(1.550.448)

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do IR e CS			(4.053.752)	1.479.417
Ajustes ao lucro:				
Depreciação e amortização	e 22	5.706.091	5.447.805	
Amortização direito de uso	11 e 22	122.700	96.839	
Provisão de juros - arrendamentos	11	401.786	335.143	
Aplicações financeiras vinculadas	4	(375.287)	-	
Provisões		1.014.384	78.563	
Tributos diferidos	15.1	2.446	(178.097)	
Troca em garantia de imobilizado		13.812	311.313	
Baixa ativo imobilizado		438.211	261.033	
Perdas de créditos não liquidados		300	-	
		3.270.692	7.832.016	
Varição nos ativos e passivos				
Varição contas a receber		4.380.437	431.950	
Varição impostos a recuperar		43.511	(280)	
Varição outros ativos		2.840.610	(3.429.039)	
Varição adiantamentos a fornecedores		1.182.678	(724.824)	
Varição fornecedores		(813.617)	(3.118.363)	
Varição tributos a pagar		21.150	(19.243)	
Varição outras contas a receber		-	(43.572)	
Varição outras contas a pagar		(4.724.247)	(4.021.354)	
Varição adiantamento de clientes		(4.447.460)	4.447.460	
Caixa gerado pelas operações		(2.434.619)	(1.506.642)	
IR e CS pagos		(2.434.619)	(1.506.642)	
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais		(680.865)	(151.892)	

venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Durante o exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária. **3.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia. **i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente para pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios para administrar ativos financeiros se refere a como a Companhia gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução do valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor



continuação

com rendimentos próximos à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e com disponibilidade diária e estão distribuídos conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Bancos	2.311.100	3.450.491
Aplicações financeiras	23.345.321	27.727.590
Total	25.656.421	31.178.081
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (*)	3.790.465	3.415.178
Total	3.790.465	3.415.178

(*) As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante representam os saldos das contas reservas (exigência do BNDES), sendo: • Conta reserva do serviço da dívida, valor necessário para perfazer o montante equivalente a no mínimo três parcelas mensais de pagamento da dívida com BNDES; e • Conta reserva O&M valor necessário para perfazer o montante equivalente a três meses de despesas decorrentes do contrato de operação e manutenção. **5. Contas a receber:** O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

	31/12/2021	31/12/2020
Energia de reserva	2.500.615	6.699.042
Mercado de curto prazo	-	182.010
Total	2.500.615	6.881.052

O modelo do setor elétrico brasileiro conta, desde 2008, com a Energia de Reserva, destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN). A energia de reserva é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR). A regulamentação do mecanismo deu-se pelo Decreto nº 6.353, de 16/01/2008, e o início da comercialização ocorreu um ano mais tarde. A CCEE passou a representar os agentes de consumo desta energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão da conta de energia de reserva. Esta modalidade de contratação é formalizada mediante a celebração dos Contratos de Energia de Reserva (CER), entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE - na condição de representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, aqueles referidos no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 e os autoprodutores. Os Contratos de Uso de Energia de Reserva (Couer) são celebrados entre a CCEE e os agentes de consumo,

	2021	2020			
Descrição	Taxa de depreciação (a.a. %)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Parque Solar	3,33%	158.768.862	(14.717.140)	144.051.722	140.342.857
Subestação consórcio	3,33%	11.439.995	(1.124.289)	10.315.706	10.697.173
Móveis e utensílios	6,25%	69.618	(3.396)	66.222	-
Equipamentos de escritório	6,25%	7.545	(363)	7.182	-
Subtotal		170.286.020	(15.845.188)	154.440.832	151.040.030
Imobilizado em andamento (*)	-	-	-	-	20.645.765
Total		170.286.020	(15.845.188)	154.440.832	171.685.795

	31/12/2020	Adições	Baixas (**)	Transferências (***)	Depreciações	Saldo em 31/12/2021
Descrição						
Parque Solar	140.342.857	9.927.706	(424.619)	(638.459)	(5.155.762)	144.051.723
Subestação consórcio	10.697.173	-	-	-	(381.468)	10.315.705
Móveis e utensílios	-	69.618	-	-	(3.396)	66.222
Equipamentos de escritório	-	7.545	-	-	(363)	7.182
Subtotal	151.040.029	10.004.869	(424.619)	(638.459)	(5.540.989)	154.440.832
Imobilizado em andamento (*)	20.645.765	-	(20.645.765)	-	-	-
Total	171.685.795	10.004.869	(21.070.384)	(638.459)	(5.540.988)	154.440.832

(*) Imobilizado em andamento refere-se às aquisições e transferências de equipamentos para conclusão da construção dos parques solares. Em julho de 2021, o valor provisionado referente ao imobilizado em andamento foi faturado pelo fornecedor. A provisão foi revertida e o valor do documento fiscal foi contabilizado para compor o custo do Parque Solar; (***) As baixas do parque solar referem-se à cancelamento de notas fiscais reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundo de períodos passados; e (****) As transferências do parque solar referem-se à substituição de placas e equipamentos em garantia, bem como reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados. Em agosto de 2021, o valor do software Scada foi reclassificado para o intangível.

10. Intangível: Representado por: **Composição do ativo intangível:**

	2021	2020				
Descrição	Taxa de amortização (a.a. %)	Vida Útil (anos)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Projeto Parque Solar	3,33%	30	3.696.082	(369.608)	3.326.474	3.449.677
Software SCADA	3,33%	30	668.490	(41.901)	626.589	-
Total			4.364.572	(411.509)	3.953.063	3.449.677

Os valores constantes na conta intangível são registrados pelo custo de aquisição reduzidos da amortização acumulada apurada no método linear com relação à vida útil do parque solar e refere-se à aquisição de projeto para construção do parque solar no município de Paracatu, adquirido junto a Solatio Energia e em agosto de 2021, o valor do software SCADA que compunha o valor do Parque Solar foi reclassificado para o intangível, bem como a respectiva amortização. O intangível possui vida útil com base no contrato de operação comercial do parque solar. **11. Direito de uso de arrendamento:** Representado por:

Composição do direito de uso de arrendamento:

	2020	2021				
Descrição	Taxa de desconto anual (anos)	Direito de uso do contrato	Renegociação	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Contrato de aluguel	10,20%	35	3.430.132	1.687.549	(219.538)	4.898.143
Total			3.430.132	1.687.549	(219.538)	4.898.143

* O contrato é atualizado anualmente com base no IGP-MFGV. A taxa considerada na renegociação em 2021 foi de 37,06%. **Movimentação do arrendamento mercantil - passivo circulante:**

	2020	12/2021					
Descrição	Taxa	Prazo	Valor	Renegociação	Amortização	Amortização	Valor
Contrato de Aluguel	10,20%	35	13.264	5.216	(417.159)	401.786	17.017
Total			13.264	5.216	(417.159)	401.786	17.017

Obs.: O valor classificado no circulante é consideravelmente inferior ao não circulante no início do arrendamento em decorrência do alto volume de juros incluídos nas primeiras parcelas diante do longo prazo do contrato de arrendamento. Isso tende a uma inversão ao longo dos últimos anos do contrato. **Movimentação do arrendamento mercantil - passivo não circulante**

	2020	12/2021					
Descrição	Taxa	Prazo	Valor	Renegociação	Transferência	Transferência	Valor
Contrato de aluguel	10,20%	35	3.405.362	1.682.333	(417.159)	400.142	5.070.678
Total			3.405.362	1.682.333	(417.159)	400.142	5.070.678

A partir de 1º/01/2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) - operações de arrendamento mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados pela taxa de captação incremental do arrendatário em 1º/01/2019. Essa taxa foi calculada com base na taxa de captação incremental do Grupo ajustada de acordo com o CPC 06 (R2), levando em consideração: o ambiente econômico das subsidiárias e, em particular, seu risco de crédito, a moeda na qual o contrato foi concluído e a duração restante do contrato em 1º/01/2019. A metodologia aplicada para determinar a taxa de empréstimo incremental reflete a perfil dos pagamentos da locação (método de duração). A taxa de empréstimo incremental média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento mercantil em 1º/01/2019 era de 10,20%, e a mesma continua para os anos de 2020 e 2021. No exercício de 2021 o cálculo do arrendamento mercantil foi reavaliado em decorrência da performance negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE, considerando que a receita fixa de energia de reserva e a penalidade é base para cálculo do arrendamento. O período de vigência do contrato junto ao locador que se iniciou em 1º/02/2019 possui termo previsto em 31/01/2054. A Companhia apresenta, no quadro a seguir, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas parcelas não descontadas: **Vencimentos dos arrendamentos a pagar representados no passivo:**

	Valor (R\$)
Vencimento das parcelas	
2022	495.285
2023	495.285
2024	495.285
2025	495.285
Entre 2026 e 2030	2.476.423
Entre 2031 e 2054	11.278.292
Parcelas não descontadas	16.231.140
Juros embutidos	(11.140.338)
Saldo passivo de arrendamento em 12/2021	5.090.802

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Engie Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A.

distribuidores, consumidores livres e consumidores especiais, em decorrência dos Contratos de Energia de Reserva (CER), estes celebrados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE. Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte. **6. Impostos a recuperar:** Representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
INSS		
Total	592	592
7. Adiantamentos a fornecedores: Representado por:		
BYD Energy do Brasil	968.620	954.997
Ge Power	-	353.738
Soltec Brasil Indústria	-	847.083
Steag Energy Services do Brasil Ltda.	-	2.854
Ineo Tinea	7.374	-
Total	975.994	2.158.672

8. Outros ativos não circulantes: O saldo em 31/12/2020 referia-se ao valor de caráter punitivo relativo ao não cumprimento de cláusula contratual pela Engie Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda., companhia do grupo, responsável pelo gerenciamento e performance das unidades geradoras de energia, a qual realizou a restituição em 28/07/2021. Em 31/12/2021, a companhia possuía contrato firmado com a Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda. referente Garantia Estendida sobre defeitos nos transformadores para o período de quatro anos a partir de 31/03/2021. Os valores a receber de coligadas referem-se a pequenas despesas pagas em nome de outras empresas do grupo, que serão reembolsadas posteriormente.

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão Performance Negativa SDBR	-	3.475.000
Valores a receber de Coligadas	43.635	-
Garantia Estendida - Grid Solutions	484.975	-
Total	528.610	3.475.000

9. Imobilizado: A movimentação do ativo imobilizado está na demonstração a seguir: **Composição do ativo imobilizado:**

	2021	2020			
Descrição	Taxa de depreciação (a.a. %)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Parque Solar	3,33%	158.768.862	(14.717.140)	144.051.722	140.342.857
Subestação consórcio	3,33%	11.439.995	(1.124.289)	10.315.706	10.697.173
Móveis e utensílios	6,25%	69.618	(3.396)	66.222	-
Equipamentos de escritório	6,25%	7.545	(363)	7.182	-
Subtotal		170.286.020	(15.845.188)	154.440.832	151.040.030
Imobilizado em andamento (*)	-	-	-	-	20.645.765
Total		170.286.020	(15.845.188)	154.440.832	171.685.795

Movimentação do ativo imobilizado:

	31/12/2020	Adições	Baixas (**)	Transferências (***)	Depreciações	Saldo em 31/12/2021
Descrição						
Parque Solar	140.342.857	9.927.706	(424.619)	(638.459)	(5.155.762)	144.051.723
Subestação consórcio	10.697.173	-	-	-	(381.468)	10.315.705
Móveis e utensílios	-	69.618	-	-	(3.396)	66.222
Equipamentos de escritório	-	7.545	-	-	(363)	7.182
Subtotal	151.040.029	10.004.869	(424.619)	(638.459)	(5.540.989)	154.440.832
Imobilizado em andamento (*)	20.645.765	-	(20.645.765)	-	-	-
Total	171.685.795	10.004.869	(21.070.384)	(638.459)	(5.540.988)	154.440.832

(*) Imobilizado em andamento refere-se às aquisições e transferências de equipamentos para conclusão da construção dos parques solares. Em julho de 2021, o valor provisionado referente ao imobilizado em andamento foi faturado pelo fornecedor. A provisão foi revertida e o valor do documento fiscal foi contabilizado para compor o custo do Parque Solar; (***) As baixas do parque solar referem-se à cancelamento de notas fiscais reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundo de períodos passados; e (****) As transferências do parque solar referem-se à substituição de placas e equipamentos em garantia, bem como reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados. Em agosto de 2021, o valor do software Scada foi reclassificado para o intangível.

10. Intangível: Representado por: **Composição do ativo intangível:**

	2021	2020				
Descrição	Taxa de amortização (a.a. %)	Vida Útil (anos)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Projeto Parque Solar	3,33%	30	3.696.082	(369.608)	3.326.474	3.449.677
Software SCADA	3,33%	30	668.490	(41.901)	626.589	-
Total			4.364.572	(411.509)	3.953.063	3.449.677

Os valores constantes na conta intangível são registrados pelo custo de aquisição reduzidos da amortização acumulada apurada no método linear com relação à vida útil do parque solar e refere-se à aquisição de projeto para construção do parque solar no município de Paracatu, adquirido junto a Solatio Energia e em agosto de 2021, o valor do software SCADA que compunha o valor do Parque Solar foi reclassificado para o intangível, bem como a respectiva amortização. O intangível possui vida útil com base no contrato de operação comercial do parque solar. **11. Direito de uso de arrendamento:** Representado por:

Composição do direito de uso de arrendamento:

	2020	2021				
Descrição	Taxa de desconto anual (anos)	Direito de uso do contrato	Renegociação	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Contrato de aluguel	10,20%	35	3.430.132	1.687.549	(219.538)	4.898.143
Total			3.430.132	1.687.549	(219.538)	4.898.143

* O contrato é atualizado anualmente com base no IGP-MFGV. A taxa considerada na renegociação em 2021 foi de 37,06%. **Movimentação do arrendamento mercantil - passivo circulante:**

	2020	12/2021					
Descrição	Taxa	Prazo	Valor	Renegociação	Amortização	Amortização	Valor
Contrato de Aluguel	10,20%	35	13.264	5.216	(417.159)	401.786	17.017
Total			13.264	5.216	(417.159)	401.786	17.017

Obs.: O valor classificado no circulante é consideravelmente inferior ao não circulante no início do arrendamento em decorrência do alto volume de juros incluídos nas primeiras parcelas diante do longo prazo do contrato de arrendamento. Isso tende a uma inversão ao longo dos últimos anos do contrato. **Movimentação do arrendamento mercantil - passivo não circulante**

	2020	12/2021					
Descrição	Taxa	Prazo	Valor	Renegociação	Transferência	Transferência	Valor
Contrato de aluguel	10,20%	35	3.405.362	1.682.333	(417.159)	400.142	5.070.678
Total			3.405.362	1.682.333	(417.159)	400.142	5.070.678

A partir de 1º/01/2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) - operações de arrendamento mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados pela taxa de captação incremental do arrendatário em 1º/01/2019. Essa taxa foi calculada com base na taxa de captação incremental do Grupo ajustada de acordo com o CPC 06 (R2), levando em consideração: o ambiente econômico das subsidiárias e, em particular, seu risco de crédito, a moeda na qual o contrato foi concluído e a duração restante do contrato em 1º/01/2019. A metodologia aplicada para determinar a taxa de empréstimo incremental reflete a perfil dos pagamentos da locação (método de duração). A taxa de empréstimo incremental média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento mercantil em 1º/01/2019 era de 10,20%, e a mesma continua para os anos de 2020 e 2021. No exercício de 2021 o cálculo do arrendamento mercantil foi reavaliado em decorrência da performance negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE, considerando que a receita fixa de energia de reserva e a penalidade é base para cálculo do arrendamento. O período de vigência do contrato junto ao locador que se iniciou em 1º/02/2019 possui termo previsto em 31/01/2054. A Companhia apresenta, no quadro a seguir, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas parcelas não descontadas: **Vencimentos dos arrendamentos a pagar representados no passivo:**

	Valor (R\$)
Vencimento das parcelas	
2022	495.285
2023	495.285
2024	495.285
2025	495.285
Entre 2026 e 2030	2.476.423
Entre 2031 e 2054	11.278.292
Parcelas não descontadas	16.231.140
Juros embutidos	(11.140.338)
Saldo passivo de arrendamento em 12/2021	5.090.802



continuação		Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Engie Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A.	
21. Receita operacional líquida: Representado por:		24. Resultado financeiro: Representado por:	
	31/12/2021 31/12/2020	31/12/2021 31/12/2020	
Fornecimento de energia de reserva - (faturado)	31.793.924 26.241.504	Rendimentos de aplicações financeiras	1.169.390 1.550.318
Energia elétrica CP - geração própria - (faturado)	144.171 34.646	Descontos obtidos	151 -
Energia de Reserva Retida - (faturada)	- 4.788.218	Variação monetária ativa	- 47.273
Energia elétrica Energia de Reserva (competência anterior)	(4.198.427) 79.238	Juros	11.967 -
Total receita faturada	27.739.668 31.143.606	Receitas Financeiras	1.181.508 1.597.591
Energia elétrica CP - geração própria (não faturado)	(144.171) (34.646)	Tarifas bancárias	(4.959) (4.266)
Energia de Reserva Retida - (não faturada)	- (4.788.218)	Juros passivos	(3.683) (2.510)
Penalidade CER	(2.091.650) (5.361.045)	IOF	(16.130) (498.696)
Deduções por atraso e desempenho	(26.800) -	Multas	(5.421) (2.896)
Total Receita Bruta	25.477.047 20.959.697	Juros s/financiamento (*)	(19.112.897) (10.187.970)
Deduções da receita bruta		Juros (AVP) IFRS 16	(401.786) (335.143)
PIS	(178.689) (201.918)	Outras despesas	(75.392) (44.820)
COFINS	(624.719) (931.931)	Despesas Financeiras	(19.620.268) (11.076.301)
PIS diferido	(436) 31.716	Resultado Financeiro	(18.438.760) (9.478.710)
COFINS diferido	(2.011) 146.381	(*) O aumento da despesa financeira deve-se ao aumento do IPCA sobre os empréstimos ao longo do exercício de 2021 em comparação ao exercício de 2020. 25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: 25.1. Gerenciamento de riscos: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (inflação e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir. 25.2. Riscos de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação monetária. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores. 25.3. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de que o contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. 25.4. Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações. 25.5. Valor justo dos instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. A Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis: • Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos; e • Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração. Segue adiante o quadro de classificação por nível de risco e instrumentos financeiros por categoria e valor justo:	
Total deduções	(1.005.855) (955.752)	Companhia	
Receita operacional líquida	24.471.192 20.003.945	Caixa e bancos	
22. Custo de produção de energia: Os custos de produção de energia constituem-se nos valores adiante: Representado por:		Aplicações financeiras	
	31/12/2021 31/12/2020	Aplicações financeiras vinculadas	
Consumo de Energia	(87.055) (1.426.919)	Total	
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(1.559.485) (55.125)	Companhia	
Depreciação/Amortização	(5.702.332) (5.447.805)	Ativo	
Amortização direito de uso (Aluguéis)	(122.700) (96.839)	Custo amortizado	
Outros Custos (*)	(2.128.883) (1.420.847)	Caixa e bancos	
Total	(9.600.455) (8.447.535)	Contas a receber	
(*) Outros custos incluem seguros, serviços de manutenção, segurança e vigilância, aluguel de veículos e equipamentos, energia elétrica, serviços de engenharia, consultoria técnica, limpeza e conservação, entre outros. Estes gastos são necessários para operação do parque solar. 23. Despesas gerais e administrativas: As despesas operacionais constituem-se nos valores a seguir:		Outros ativos não circulantes	
	31/12/2021 31/12/2020	Total ativos financeiros	
Utilidades e Serviços	(2.071) (243)	Ativo	
Telecomunicações	(18.039) (14.218)	Valor justo por meio de resultado	
Serviços Tomados PJ	(556.743) (359.280)	Aplicações financeiras	
Despesas Gerais	(106.431) (80.110)	Aplicações financeiras vinculadas	
Tributos	(106.257) (203.851)	Total ativos financeiros	
Ocupação	- (3.369)	Passivo	
Depreciação/Amortização	(3.759) -	Passivo pelo custo amortizado	
	(793.300) (661.071)	Fornecedores	
		Empréstimos e financiamentos	
		Total passivos financeiros	
		26. Eventos subsequentes: Em março de 2022, a Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda. empresa controlada pela Engie Brasil Energia S.A. adquiriu 100% das ações da Solairedirect Holding Brasil S.A. ("Solairedirect"), detentora dos Conjuntos Fotovoltaicos Paracatu e Floresta, e ENGIE Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda. ("ENGIE Solar"), ambas pertencentes ao Grupo ENGIE. O Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia instalou um Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas ("CPR"), para avaliar a operação de aquisição. O CPR também contratou as seguintes consultorias independentes para apoiar no processo, das quais: (i) due diligence legal e apoio na negociação do contrato de compra e venda; (ii) due diligence contábil, financeira, tributária e trabalhista; (iii) due diligence técnica; e (iv) consultoria para a emissão de opinião sobre a avaliação e geração de valor dos ativos (<i>fairness opinion</i>). Após a realização das devidas due diligências, avaliações dos ativos e negociações dos termos e condições da operação, realizados com o apoio de consultorias especializadas contratadas pelo CPR, este enviou um relatório com sua recomendação ao Conselho de Administração, que aprovou a aquisição das empresas em reunião realizada em 14.02.2022. A conclusão da operação ocorreu após o atingimento das condições precedentes previstas no contrato, em 16.03.2022, pelo montante de R\$ 692 milhões, sendo R\$ 36 milhões sujeitos ao atingimento de condições estabelecidas no contrato.	
		Diretoria	
		José Luiz Jansson Laydner - Diretor	
		Contadora	
		Amanda Aparecida Mota - CRC SP 233929/O-1	
Declaração do diretor sobre as demonstrações contábeis			
Declaramos, na qualidade de diretor e contadora da Engie Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, com sede na Cidade Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 188 Fazenda São João, Zona Rural, CEP 38.600.000, inscrita no CNPJ sob o nº 23.741.544/0001-00, revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das demonstrações contábeis, assim como com a opinião expressa no relatório do auditor independente referente às demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2021.			
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis			
Aos Acionistas e Administradores da Engie Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A. - São Paulo - SP - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Engie Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstrações contábeis dos valores correspondentes comparativos: As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditas por nós e emitimos relatório datado em 26 de abril de 2021, com ressalva relacionada à ausência de conciliação de adiantamentos e imobilizado em andamento para construção do parque solar, que foram conciliados durante o exercício corrente conforme Nota Explicativa nº 9. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.			
São Paulo, 20 de maio de 2022			
Grant Thornton			
Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.			
CRC 2SP-034.766/O-0			
Alcides Afonso Louro Neto			
CT CRC 1SP-289.078/O-2			

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/B742-68F2-D966-CFDB> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B742-68F2-D966-CFDB



Hash do Documento

PA34XCAbqAstzeyODYYYYXm2EY4i3OLCzZY8EDjZsfW0=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/11/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 23/11/2022 21:59 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

